

Francisco Wildo participa de reunião sobre o Sistema de Cooperação Judiciária

O presidente do TRF5, desembargador federal Francisco Wildo, participou ontem (25/04), na sede da Escola Superior de Magistratura de Alagoas (Esmal), da reunião de criação da Rede Nacional de Cooperação Judiciária, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O encontro teve o objetivo de mostrar aos representantes dos tribunais as vantagens da cooperação judiciária. Durante a reunião, o presidente da Rede, o conselheiro Ney Freitas, enfatizou a necessidade de ampliação do diálogo entre magistrados, jurisdicionado e tribunais.

Cooperação - A Rede Nacional de Cooperação Judiciária é composta por magistrados designados pelas diversas Cortes brasileiras para atuar como juizes de cooperação. No ano passado, a Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania reuniu mais de mil magistrados em 15 diferentes estados do Brasil, em encontros que objetivaram estimular a adesão dos tribunais à rede. Previsto pela Recomendação nº. 38/2011 do CNJ, o Comitê

Executivo da Rede Nacional de Cooperação Judiciária tem como atribuições, elaborar estudos, apresentar propostas, acompanhar atividades, propor convênios e organizar reuniões e seminários relativos ao tema da cooperação judiciária.



Foto: Caio Loureiro

Jurídico da Caixa participa de avaliação sobre o uso do PJe

A diretora da Secretaria Judiciária (SJ), Telma Motta, reuniu, na tarde de ontem (26/04), advogados da Caixa Econômica Federal (CEF) que atuam na Justiça Federal da 5ª Região para saber da avaliação deles em relação ao uso do sistema Processo Judicial eletrônico (PJe). A reunião realizada no auditório da Esmafe5, também serviu para discutir possíveis melhorias no sistema. "A reunião foi proveitosa

e mostrou que estamos no caminho certo. Todas as funcionalidades foram consideradas importantes. O que tem está atendendo satisfatoriamente aos usuários e o que falta, já está sendo providenciado", disse Telma. Além dos advogados da Caixa, a reunião contou com a participação do diretor-geral do TRF5, João Botelho, servidores da

SJ, da STI e de representantes da Infox, empresa desenvolvedora do sistema.



JFPB descentraliza Depósito Judicial

Até hoje, a Justiça Federal na Paraíba (JFPB) está realizando, a transferência da sua sede, em João Pessoa, do depósito judicial dos bens vinculados a processos criminais que tramitam ou tramitaram nas varas comuns da Subseção Judiciária de Campina Grande (4ª e 6ª Varas). Com isso, a Seção Judiciária da Paraíba descentraliza o depósito judicial, a exemplo do que já ocorre nas demais subseções. Devido à transferência desse acervo de bens, durante esse período o recebimento de qualquer material está suspenso. O serviço será normalizado a partir desta segunda-feira (29), quando a entrega já deverá ser feita na nova localização (Subseção Judiciária de Campina Grande) e não mais na sede da JFPB, em João Pessoa.

Aniversariantes

Ministro
Luiz Fux
STF



Joacil de Oliveira Porto
Seção de Malotes
Giselle Yasbek Muss Schmitz
Secretaria Judiciária
Tarcisio de Araújo Joffily
Divisão da 1ª Turma
Francisco de Assis Soares da Silva
Gabinete da Presidência

Sábado, 27 de abril

Juiz Federal

Rosmar Antonni Rodrigues
Cavalcanti de Alencar
SJPB



Luiz Albuquerque Melo
ESMAFE 5
Simone Regina Valença Lima
Gab. Des. Federal Marcelo Navarro
Nadja Márcia da Silva
SOSERVI

Domingo, 28 de abril

Bárbara de Castro Leão
Subsecretaria de Recursos
Marise Magno Paiva
Gab. Des. Fed. Rogério Fialho Moreira
Paulo Henrique Luna da Silva
Subsec. de Administração Predial
Inocência Maria da C. Brito Viana
Gab. Des. Fed. Paulo Roberto de O. Lima
Roseane de Souza Lira
Divisão da 2ª Turma
Maria Kátia Teixeira Vieira de Melo
Seção de Licitações
Edvaldo Lins dos Santo
Subsecretaria de Apoio Especial
Heron Ribeiro de Oliveira
Gab. Des. Federal Barros Dias